

Apresentação

José Carlos Miguel

Como citar: MIGUEL, J. C. Apresentação. *In:* MIGUEL, J. C. **Educação de jovens e adultos:** diversidade, inclusão e conscientização. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 9-24.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-134-8.p9-24>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Apresentação

O presente livro tem como escopo a discussão de constructos teóricos postos em contexto amplo de busca de reconhecimento do direito social à educação, bem como de concepções sobre o ideário da educação inclusiva, apontando para o legado histórico da educação de jovens e adultos, a EJA, como campo de práticas educativas situadas no âmbito do Direito Público Subjetivo. Esses condicionantes sociais e políticos, relativos à constituição efetiva de sujeitos de aprendizagem se voltam à compreensão do cotidiano escolar como espaço de tensões, mas também de práticas pedagógicas alternativas, dialógicas e populares, concebidas como elementos fundantes da tomada de consciência e, quiçá, da transformação da sociedade.

Compreender a EJA como espaço de Direito Público Subjetivo implica em considerar que aprender é direito de todos, condição de dignidade humana e de exercício da cidadania, sendo a sua consolidação um dever do Estado politicamente organizado, ao qual se incumbem atribuições constitucionais no sentido de administração do excedente econômico, incluindo-se a atuação necessária no sentido de reformas multiestruturais no seio da sociedade brasileira com vistas à minimização da desigualdade social, situação tomada como principal determinante dos indicadores de analfabetismo e de baixa escolarização, acrescida de determinantes sociais ligados a raça, cor e gênero, de amplo segmento da população.

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-134-8.p9-24>

É no contexto de protocolos internacionais definidos pela UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, das teses debatidas no contexto dos Fóruns Sociais Mundiais e das Conferências Internacionais de Educação de Adultos, as CONFINTEAs, que se logrou estabelecer o paradigma da produção de conhecimento e de aprendizagem permanente, para todos e ao longo de toda a vida, como elementos fundantes para transformação da ação educacional imposta pelas transformações globais.

Todos os protocolos enunciados destacam a importância da escolarização de jovens e adultos, firmando compromissos em dimensão de caráter regionalizado de modo a se galgar condições adequadas para o desenvolvimento sustentável e equitativo, para a promoção de uma cultura de paz que tenha como base a liberdade, a justiça e o respeito mútuo, o que exige a construção de uma relação de complementaridade entre a educação formal e a não-formal.

Na efervescência dos debates sobre a educação das camadas populares, as disputas estabeleceram que, embora dever do Estado, não seria produtivo desconsiderar a relevância de processos formativos situados no contexto das lutas pela terra, pela moradia, pelo reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas, enfim, pela existência e sobrevivência em condições dignas.

Desse modo, compreende-se que os processos de EJA, situados dentro da escola ou fora dela, em instâncias apropriadas da sociedade civil organizada, concretizam as possibilidades de desenvolvimento intelectual para todas as pessoas, de qualquer faixa etária, possibilitando a atualização de seus saberes, o desenvolvimento de capacidades de naturezas diversas e as trocas de experiências, com base em vivências significativas, podendo propiciar o acesso a novas formas de socialização, trabalho e cultura. Esse conjunto de prerrogativas de dimensão sociocultural e política deve

promover capacidades para o enfrentamento dos desafios postos para o convívio solidário, para uma cultura de paz e para a sustentabilidade, em realidade marcada pelas transformações científicas e seus impactos na vida social e cultural.

Hoje o mundo se revela globalmente conectado por tecnologias digitais de informação e comunicação, de alcance inimaginável em um passado bem recente. No entanto, se o desenvolvimento tecnológico traz conforto para grande contingente da população com poder de acesso aos bens culturais dele decorrentes, por outro lado, se amplia a desigualdade entre os mais pobres, como se evidenciou no advento da necessidade de ensino e trabalho em atividades remotas por conta da pandemia provocada pelo Coronavírus. Desta forma, novas abordagens teóricas e metodológicas se revelam fundamentais como forma de sustentação das respostas às demandas sociais, educacionais e culturais a partir de embates no espaço sociopolítico marcado por fortes desigualdades e discriminações às quais estão submetidas as classes subalternas, trazendo consequências para o convívio social. Nesse contexto, a educação ocupa lugar de destaque e o processo de escolarização e formação profissional tem papel decisivo.

A educação escolar, a de EJA, inclusive, tem a seu cargo a difusão de saberes comprometidos com a ruptura e a inovação; ao mesmo tempo, é sua atribuição contribuir para a preservação do patrimônio cultural do povo brasileiro. A ciência, a cultura, a arte, os valores, enfim, tudo aquilo que diz respeito à preservação da identidade de um povo é também parte do compromisso da instituição educacional. Neste sentido, a escola, em sentido abrangente, vive a dicotomia do novo com o antigo, da inovação com a preservação, da construção com a superação. Não basta, portanto, o letramento básico, elementar; é imprescindível um processo de formação geral, comprometido com a transformação social. Os sujeitos da EJA

necessitam de processo de escolarização, com qualidade e alcance social e político, e têm pressa.

Assim é que a instituição escolar como um todo e, particularmente, a de EJA, constitui um espaço de luta cujas perspectivas de transformação se ampliam na razão direta do compromisso político e da competência técnica daqueles que nela militam.

Após alguns avanços, ainda que não como os almejados, em passado recente, vivemos dias nos quais a dimensão social, política e cultural na qual estamos inseridos está sendo redesenhada. Em nome da reorganização do Estado brasileiro, supostamente incapaz de responder às demandas sociais, mas cuja arrecadação é vultosa, direitos sociais historicamente conquistados vêm sendo vilipendiados sob o mantra do ideário de Estado mínimo.

Entretanto, efetivamente, o problema da reforma do estado brasileiro é outro. Trata-se, não de minimização do papel do Estado em seu dever de fomento das demandas sociais básicas como saúde e educação, dada a sua função de administração do excedente econômico, mas da necessidade de sua desprivatização, ou seja, de sua retomada do controle por interesses dominantes que as consideram, não como investimentos, mas como despesas; não como instrumentos para o bem-estar social, mas para a mera instrumentalização do mercado de trabalho e otimização de lucros dos seus negócios. Somente uma situação de alienação extrema das camadas populares pode justificar o fenômeno de supressão de vagas e classes de EJA como vêm ocorrendo no contexto brasileiro dos últimos anos, sem maiores consequências.

Concernentes ao fenômeno da alienação convivem políticas oficiais para a educação de jovens e adultos, com slogans absolutamente discutíveis como “EJA e Mundo do Trabalho”. Se preparar para o mercado

de trabalho é necessário e de alcance social, mais ainda é desenvolver políticas de Estado, não de governo, pautando o enfrentamento político da situação nacional de desemprego, subemprego e atuação na economia informal de milhões de trabalhadores, posto que o número de sujeitos nessa situação é muito parecido com os indicadores de analfabetismo absoluto no país. Não se resolve o problema do analfabetismo, absoluto ou funcional, sem políticas que minimizem a brutal desigualdade provocada por mecanismos de excessiva concentração de renda.

Nesses novos-velhos tempos da geopolítica brasileira, sujeitos sociais, outrora visíveis, podem e devem se organizar em movimentos sociais pela educação, uma garantia constitucional, entonar a voz e expor ainda que, por vezes, de forma pouco elaborada, suas demandas específicas. Mas parece que as classes populares entraram em estado de plena letargia em passado muito recente.

Apesar disso, debater e dialogar é preciso e constitui papel da universidade. Desta forma, considera-se ao longo desta obra que as classes populares têm clareza da importância da escola para a melhoria da sua condição de vida, de tal modo que superar esse estado de coisas e de ânimos exige formação humanista, geral e inclusiva, produzindo conhecimentos e formação escolar na amplitude do sentido de pertinência social.

Ademais, somente um processo de formação humana *omnilateral* pode contribuir para a consolidação da incipiente democracia brasileira, voltando-se para o respeito aos direitos humanos, para a participação social ativa e crítica na vida social e para o estímulo à busca de solução pacífica para os conflitos, com vistas à superação dos preconceitos e da discriminação. Perseguindo denodadamente novas formas de pensar e agir, vislumbrando a convivência com as diferenças e respeitando a identidade cultural das pessoas do universo da EJA, aperfeiçoando-se constantemente, contribuindo para abrir os caminhos do futuro, os educadores dessa

dimensão da educação básica terão cumprido, com parcimônia, um dever social de grande alcance político.

Em seu conjunto, dentro dos limites teóricos que os determinam, os textos que compõem essa obra comungam desse ideário e compreendem que pensar a EJA em contexto de diversidade, de inclusão e de conscientização das pessoas supõe enfrentar o desafio político de Educação para Todos ao Longo da Vida, favorecendo a apropriação dos avanços científicos e tecnológicos e de valores voltados à dignificação da condição humana, com base no desenvolvimento de currículos flexíveis e diversificados, pautados pelo reconhecimento da identidade cultural e das histórias de vida dos sujeitos das camadas populares.

Com essas preocupações, as formulações presentes no livro que ora se apresenta decorrem de ações de articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária postas em prática no contexto do Programa UNESP de Educação de Jovens e Adultos, PEJA; do Grupo de Pesquisas Sobre a Formação do Educador, GP FORME; do desenvolvimento de projetos de mestrado e doutorado no contexto da EJA; de projetos de intervenção na realidade escolar em sentido amplo; e, principalmente, das discussões sobre essa área do conhecimento desenvolvidas no âmbito de disciplinas da graduação e da pós-graduação, com o intuito de integração entre essas dimensões do ensino superior e destas com a educação básica.

Todos os textos da coletânea resultam da persecução de articulação entre teoria e prática no contexto da EJA envolvendo ampla pesquisa bibliográfica, análise documental sobre os limites de constituição dos processos educativos de jovens e adultos, perspectivas de intervenção nessa realidade ou análise dos processos de formulação teórico-metodológica e de difusão de conhecimento.

Nos limites dessa compreensão, o capítulo denominado “*Educação de Jovens e Adultos no Contexto de Educação Inclusiva: Problemas e Perspectivas da Sociedade e da Educação Contemporâneas*”, de autoria de José Carlos Miguel, discute a educação de jovens e adultos, como o título bem indica, compreendida em contexto de educação inclusiva, analisando problemas didático-pedagógicos, sociais e políticos que condicionam o desenvolvimento da EJA e da educação na sociedade atual, bem como refletindo sobre perspectivas para melhor encaminhamento do problema da exclusão escolar em sentido amplo. Assim, analisa indicadores de analfabetismo absoluto e funcional no contexto nacional, mostrando que apesar de redução percentual significativa nas últimas décadas, o problema permanece latente em números absolutos, comprometendo o estado de bem-estar social e as prerrogativas de desenvolvimento humanitário, social e coletivo. Sua análise situa a EJA no contexto socioeconômico, político e cultural da realidade brasileira e enuncia princípios condicionantes da busca de consolidação dessa dimensão da educação básica em currículos flexíveis e metodologias inovadoras, concluindo pela necessidade de investimentos na área, de estabelecimento de relações formativas que considerem a diversidade, incluindo os sujeitos historicamente alijados do direito à educação, bem como pensando a conscientização do educando de seu papel social e político em uma sociedade absolutamente desigual, carente de transformação no sentido de fazer valer a dignidade da condição humana.

O capítulo intitulado “*Educação de Jovens e Adultos, Cultura e Arte: entrelaçando saberes*”, em coautoria de Ana Paula Cordeiro, Laís Marques Barbosa e Francisane Nayare de Oliveira Maia, tem como objetivo analisar as possíveis contribuições da cultura e da Arte na Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfatizando a pertinência dessa discussão face à identidade cultural e às histórias de vidas dos sujeitos, pautando-se, além de livros, em

músicas que auxiliam na visualização das diferenças sociais, as quais, muitas vezes restringem o acesso e permanência na escola a determinada parte da sociedade. Para tanto, primeiro são apresentadas considerações gerais sobre a EJA, após algumas definições conceituais em torno da cultura e da arte, e por fim as principais contribuições de ambas para a EJA. Diante do que foi apresentado, concluiu-se que a Arte e a Cultura, no trabalho na EJA, são necessárias, pois favorecem, dentre outros aspectos, o (re)conhecimento dos estudantes como seres de valor e o desenvolvimento de sua autonomia e criticidade, por meio de reflexões e ações sobre si e o mundo ao redor.

Buscando responder ao problema de pesquisa enunciado, “Como o conflito e as relações de poder interferem na organização do trabalho na escola?”, Ellen Felício dos Santos, Fernanda Gonçalves Gomes e José Carlos Miguel abordam a temática da educação escolar, os conflitos e as relações de poder que nela se constituem, caracterizando a escola como instância fundamental para a produção e difusão de saberes, mas também reprodutora de discursos, ideias e valores, um espaço de luta e de disputa, portanto, dos sujeitos que nela militam. O texto produzido, “*Conflitos, relações de poder e organização do trabalho na escola*” aponta para elementos de uma perspectiva educacional que se sustente em trocas recíprocas, em relações não autoritárias, voltadas à transformação de mentalidades, à formação de conceitos, hábitos, valores e atitudes de forma crítica. Nesse modo de olhar, impõe-se à escola a contribuição para uma reorganização da forma de difusão do conhecimento científico e da cultura, em relações postas a serviço do desenvolvimento social e da ampliação da escolarização do homem e da mulher, haja vista, inclusive, os indicadores de analfabetismo feminino, em consolidação de reversão na história recente da realidade brasileira. Construir uma escola democrática popular exige a discussão e o redimensionamento das relações de poder na escola. No

entanto, demonstra-se que a instituição escolar acaba reproduzindo valores da sociedade de classes e atendendo aos interesses dominantes, sendo que as relações de poder estabelecidas na escola são a reprodução em escala menor, das relações vividas na sociedade. Muitos alunos externalizam o seu desinteresse por uma escola que não acompanha as aceleradas transformações da sociedade, criando conflitos e as impostas relações de poder acabam conduzindo a negociações ou mediações constantes entre professores, gestores e estudantes para garantir ao menos o curso normal das aulas. No entanto, a pretensa relação dialógica que se observa pouco considera, de fato, da vivência dos alunos, e busca seduzi-los na tentativa de gerar empatia, mas também de reforçar o lugar docente na hierarquia educacional.

Certa da influência dos meios de comunicação na determinação dos comportamentos dos indivíduos e, paralelamente, do fato de que 6 em cada 10 brasileiros repetem a baixa escolarização dos pais, desnudando-se a contradição da divulgação de programas de alfabetização de jovens e adultos apenas com faixas escritas na frente das escolas, Lilian Pacchioni Pereira de Sousa aborda em seu texto, “*Propagandas de Divulgação dos Programas da EJA: representações sobre educação permanente ao longo da vida e para todos*”, a influência das representações sociais no comportamento da sociedade em seus determinantes culturais, políticos, sociais, religiosos e econômicos, orientando a interpretação do conteúdo midiático por parte da audiência. Com categorias de análise de conteúdo das divulgações dos programas de EJA muito bem definidas, a autora evidencia certos estereótipos presentes na comunicação com os atores sociais da EJA, a representação dos jovens nas propagandas, a concepção da EJA como instrumentalização para o mercado de trabalho e as relações entre escolarização formal e informal. Conclui-se, dentre outros aspectos, pela evidência de certa banalização dos ideais de humanização e de educação

permanente ao longo da vida e para todos, raramente considerando-se os condicionantes sociais e culturais das decisões educacionais nesta direção.

Situando-se em amplo espectro de ações educativas que se estendem da realidade da educação básica ao ensino superior, os professores Claudia Regina Miranda Targa, Emerson da Silva Santos e José Carlos Miguel discorrem, em artigo denominado “*A tomada de consciência na educação de jovens e adultos*”, sobre o alcance social e político de um trabalho na Educação de Jovens e Adultos que busque a tomada de consciência dos atores sociais que atuam nessa modalidade de ensino. Apesar de muito debatida nos últimos tempos, a implantação de projetos voltados à Educação de Jovens e Adultos ainda apresenta dificuldades e incongruências, muitas dessas em decorrência da falta de políticas públicas que possam atender aos estudantes que de alguma forma foram excluídos do sistema regular de ensino. Igualmente se nota certo descaso com a formação docente, inicial e continuada, para atuação nesta área de conhecimento. Neste diapasão, serão tratadas as implicações pedagógicas do estabelecimento das diferenças entre consciência crítica e consciência ingênua, bem como os limites e as possibilidades de se consolidar o processo de conscientização com base no diálogo horizontal, atinente à filosofia de educação que emana do pensamento freireano, buscando-se avançar, com esse intento, em reflexões situadas nas perspectivas teóricas do construtivismo piagetiano e da teoria histórico-cultural.

Miriam Pires Borges, por sua vez, discute possibilidades de transformação do cotidiano das aulas de Matemática em seu texto “*O Ensino de Matemática nos Anos Iniciais: Abordagens Teórica e Metodológica nas Classes de EJA*”. A autora analisa a situação do ensino da Matemática no contexto geral da educação e, especificamente, como a Matemática pode ser ensinada nas classes de Educação de Jovens e Adultos, EJA. Por meio de pesquisa bibliográfica sobre a temática e análise documental acerca

das diretrizes curriculares para a área do conhecimento, delinea fundamentos importantes para a forma como os conteúdos matemáticos ensinados e aprendidos pelos estudantes na escola poderão ser relevantes em suas tarefas e situações no dia a dia. Em linhas gerais, aborda a situação do ensino e aprendizagem da Matemática nas escolas brasileiras, mostrando índices alcançados pelos estudantes em algumas das avaliações aplicadas no país. Em relação ao ensino da disciplina nas classes de EJA, apresenta as contribuições da Matemática para o desenvolvimento do pensamento lógico e para a formação de conceitos e a necessidade de se considerar os conhecimentos prévios dos alunos e suas experiências, ou seja, o “currículo oculto” que apresentam ao ingressarem na escolarização formal. Destaca-se, então, a importância de oportunizar situações de interações sociais na sala de aula para que, professores e alunos, participem ativamente do processo de ensino e aprendizagem, em uma prática pedagógica histórico-cultural, voltada à resolução de problemas.

Igualmente comungando da importância de se considerar as vivências e o “currículo oculto” dos sujeitos da EJA na prática pedagógica, Elisângela da Silva Callejon e José Carlos Miguel, exploram outros aspectos atinentes à forma como os educandos se colocam ante às possibilidades de apropriação de conhecimento no artigo “*Educação de Jovens e Adultos: perfil identitário discente e suas implicações para o trabalho docente*”. Buscou-se, então, analisar o perfil identitário do aluno da EJA em Marília, e identificar de que forma ele contribui para a realização do trabalho docente. Como as histórias de vida e a identidade cultural dos alunos da EJA repercutem no trabalho de aprendizagem desenvolvidas pelos professores? Considerando a perspectiva cultural e experiência de vida do sujeito da EJA, o trabalho a ser desenvolvido pelo professor deverá ser intencional e sistemático no sentido de flexibilizar o Currículo da EJA, adequando-o à necessidade dos sujeitos em questão. Para isso, foi utilizado o método de

revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais que regulamentam essa modalidade de ensino em Marília, bem como, outras leis da esfera federal. Também foi realizada uma pesquisa com os alunos e professores da EJA para configuração da análise e conclusão do capítulo. Os resultados indicam que os professores consideram o saber cultural que cada aluno possui e procuram adequar os conteúdos, porém muitas vezes não conseguem flexibilizar o currículo, pois o consideram engessado. Outro fator importante, que foi observado, é a limitada oferta de cursos de formação inicial e continuada em Educação de Jovens e Adultos. Essa falta de qualificação e especialização repercute na ação docente realizada em sala de aula.

No texto “*Os Atuais Desafios da Educação de Jovens e Adultos para a Emancipação: crise da democracia e desescolarização*”, João Paulo Francisco de Souza e Raquel dos Santos Candido da Silva analisam as perspectivas e desafios para a educação de jovens e adultos, EJA, situadas no âmbito da contribuição que deve prestar à guisa de inclusão educacional efetiva de amplo segmento de sujeitos oriundos das camadas populares e no contexto de profundas transformações sociais, políticas e econômicas da realidade brasileira contemporânea. Enfatizam que o quadro se agrava consideravelmente a partir do final do ano de 2019 com a excepcionalidade de uma pandemia, colocando em crise o funcionamento da sociedade, seus valores, costumes e posturas e aprofundando a desigualdade. Se, por um lado, é fato que progressivamente a EJA se constitui como reconhecido campo de reflexões teóricas, avançando de um lócus secundário na análise do cenário educacional para uma dimensão um pouco mais considerada no debate acadêmico, por outro lado, a ela se impõe a assunção de uma identidade efetivamente voltada à pretensão de educação continuada, para todos e ao longo da vida e a retomada de atendimento efetivo da demanda, prejudicada por um quadro, recente,

mas acentuado, de supressão de vagas. Assim, o estudo se estabelece com base em ampla pesquisa bibliográfica sobre a temática da EJA, em análise documental sobre a constituição legal dos seus processos e na atuação dos pesquisadores como gestores e educadores nesta área do conhecimento para concluir, dentre outros aspectos, que o encaminhamento do problema se coloca no contexto da educação democrática, implicando em vários processos, estratégias e concepções educativas capazes de romper com objetivos autoritários e determinações opressivas. Intervenções e iniciativas docentes e discentes podem colaborar no sentido do rompimento dessas estruturas, na medida em que uma nova lógica de resistência é construída conjuntamente com a reestruturação dos poderes a partir de uma transformação emancipadora. Para tanto, a formação contínua, a atitude intencional do ensino e o alargamento da consciência crítica dos educadores é fundamental nesse sentido, uma vez que tem impacto direto no acontecimento das aulas e na emancipação dos educandos, buscando romper especialmente com o processo deliberado de alienação das classes populares.

Em estudo pautado em processos de multiletramentos e assentado na importância do acesso à internet como elemento transformador, principalmente, para os educandos jovens e adultos residentes nas áreas rurais, o artigo denominado “*EJA e Multiletramentos na Educação do Campo: Práticas de Aprendizagem e Inclusão Digital*”, em coautoria de Douglas Antonio Rodrigues Silva e Rodrigo Martins Bersi, busca traçar apontamentos importantes no que tange ao campo da educação nesse meio e na forma com que ela pode alterar a percepção de uma quantidade imensa de alunos, não só ensinando-os a ler e a escrever, como também, a programar, a entender os processos existentes em um computador, ainda que não mergulhe profundamente em suas dimensões social, cultural e crítica. Com estas preocupações os autores debatem a Educação de Jovens

e Adultos enfatizando o dinamismo no aprendizado, destacando que a familiaridade com recursos digitais que pode ser revertida em aprendizagem formal e inclusiva, discorrem sobre o letramento digital ativo através dos recursos da internet, além de apontarem a inclusão digital em contexto de práticas de multiletramentos na EJA como ação imprescindível para a sua efetividade em perspectiva inclusiva. A inclusão digital que tratamos parte das necessidades concretas dos sujeitos, em atividades socialmente situadas, reconhecendo as especificidades dos textos digitais e sabendo utilizar destes recursos para resolver problemas imediatos, fugindo da superficialidade de lidar com as TDIC apenas como aparato técnico. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de reconhecermos as TDIC como tecnologias capazes de modificar a “leitura de mundo” dos sujeitos e do desenvolvimento da linguagem, assim como de se tratar a inclusão digital como algo que envolve a aplicação prática dessas tecnologias na realidade concreta, reconhecendo seu funcionamento e sabendo, conscientemente, utilizar estes recursos nas mais diversas atividades cotidianas, utilizando-se dos multiletramentos para efetivamente se apropriar das novas tecnologias, fomentando a participação efetiva na Web 2.0.

Para encaminhar a conclusão dessa apresentação, o artigo “*Educação Desenvolvimental, Tecnologias Digitais na Educação e a Pandemia COVID-19*”, em coautoria de José Eduardo Pereira de Souza e José Carlos Miguel, tratou de discutir algumas relações que se colocam entre educação desenvolvimental e o uso de ferramentas tecnológicas na educação, fenômeno exponenciado a partir da pandemia de Coronavírus. O estudo norteou-se por ampla pesquisa bibliográfica sobre os sentidos e significados do trabalho em educação; procedeu à profícua análise documental sobre o processo decisório acerca do uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na escola; bem como refletiu sobre as

vivências como atores sociais desta área de conhecimento, sobre o que era, como está sendo e o que poderá ser a escola após o encaminhamento de problema tão complexo como é a COVID-19. Neste contexto, analisou-se os determinantes teóricos da Educação Desenvolvimental que, alinhados ao uso das novas tecnologias, podem fornecer algumas contribuições para maximizar o aprendizado escolar sistematizado, cientificamente organizado, dentro da escola e mesmo longe dos muros escolares, certos de que a excepcionalidade a qual nos tornamos expostos colocou em pauta debate que não pode mais ser adiado. No entanto, é preciso registrar que, sob o ponto de vista dos autores, o fenômeno em pauta não é simplista: reflete uma crise estrutural do hipercapitalismo, resultante de um conjunto de crises que se colocam no contexto do neoliberalismo, de matriz política ultraconservadora, já há várias décadas. Por isso, as conclusões da pesquisa indicam que não há como desprezar a cultura e o momento histórico da humanidade, sendo fundamental considerar as teses da Educação Desenvolvimental, com princípios que podem nortear formas inovadoras de ensinar e aprender, especialmente neste momento de pandemia no qual a educação se viu compelida ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação. E que, no sentido temporal, as teses da Educação Desenvolvimental não são recentes, mas são inovadoras pois tem como foco a apropriação de conceitos científicos e o desenvolvimento das funções psíquicas superiores dos educandos, com potencial para proporcionar avanços e superar o caminho que já foi trilhado pelo ensino tradicional, independentemente se utilizada nas formas remota, presencial ou híbrida.

Por seu turno, o artigo redigido em coautoria por Carla Chiari e Mariana Lopes de Moraes, denominado “*Reflexões Sobre a Trajetória Histórica de Mulheres: implicações para a constituição de processos de EJA*” aborda questão fundamental, a exigir, ainda, amplo debate e pesquisas no

contexto acadêmico, qual seja, a presença do universo feminino nos processos de escolarização de adultos sobejamente marcado por uma trajetória de exclusão. O estudo demonstra que, se avançam as mulheres na ocupação do espaço público, continuam atadas à exclusividade das responsabilidades domésticas e familiares. Estes aspectos têm sido apontados por estudiosas e pesquisadoras também do campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA): a necessidade de arcar com as responsabilidades familiares é um dos principais motivos de evasão das mulheres adultas da escola. O fenômeno vem se tornando menos efetivo à medida do avanço do movimento de emancipação feminina.

Finalizamos, firmando a certeza da relevância do trabalho coletivo dos autores, parceiros deste estudo, de lutas dentro e fora da universidade e de comunhão de propósitos, em sua maioria, jovens pesquisadores, a extrapolarem os justos anseios de carreira acadêmica, os quais, debruçando-se sobre temáticas reveladoras dos dramas e das tramas que envolvem a luta pela concretização da EJA como elemento fundamental da perspectiva de educação inclusiva, contribuem para o avanço progressivo dessa área do conhecimento como campo fundamental de reflexões teóricas e de sustentação de políticas voltadas à construção de uma sociedade menos desigual, mais fraterna, humana e acolhedora.

A educação, neste mundo que se sonha, enquanto os sonhos são permitidos, não precisará de adjetivos.

José Carlos Miguel